

Conservadorismo condicional e adoção das IFRS: uma análise nas empresas brasileiras de capital aberto

DOI: 10.4025/enfoque.v37i3.35390

Lucas Marques Sousa

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará
Filiação: Universidade Federal Do Ceará
E-mail: delta36lms@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2892-6011>

Lívia Arruda Castro

Doutor em Administração
Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará
Filiação: Universidade Federal do Ceará
E-mail: liviacastro@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2166-1148>

Dante Baiardo Cavalcante Viana Júnior

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará
Filiação: Universidade Federal Do Ceará
E-mail: dantebcviana@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6902-3057>

Sylvia Rejane Magalhães Domingos

Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará
Filiação: Universidade Federal do Ceará
E-mail: sylvia_rejane@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8112-0148>

Vera Maria Rodrigues Ponte

Doutora em Contabilidade pela Universidade de São Paulo
Filiação: Universidade Federal do Ceará
E-mail: vponte@fortalnet.com.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4910-9720>

Recebido em: 13.02.2017

Aceito em: 23.10.2017

2ª versão aceita em: 24.10.2017

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar se a adoção das IFRS pelas companhias abertas brasileiras contribuiu para aumentar a qualidade da informação contábil, pela ótica do conservadorismo condicional. Embora confundido com a neutralidade, o conservadorismo na mensuração dos resultados é amplamente reconhecido como atributo de qualidade da informação contábil, já que implica a tendência de reconhecimento assimétrico entre boas e más notícias pelos preparadores da informação (BASU, 1997). Ou seja, os lucros refletem as más notícias (perdas) mais rapidamente que as boas notícias (ganhos), indicando menor probabilidade de manipulação dos resultados pelos gestores para maximizar seu desempenho financeiro. Para tanto, foi utilizado o modelo de Ball e Shivakumar (2005), em uma amostra de 164 empresas não financeiras de capital aberto listadas na BM&FBovespa durante o período de 2002 a 2015, abrangendo intervalos anterior e posterior à adoção, para se verificar se houve crescimento dos níveis de conservadorismo condicional que pudesse ser atribuído à adoção das IFRS. Os resultados evidenciaram que durante todo o período analisado foi identificada a presença do conservadorismo condicional, revelando um tratamento de antecipação de despesas e postergação de receitas pelos preparadores da informação contábil. Esses resultados, por si sós, implicam a presença de conservadorismo condicional em períodos anteriores e posteriores à adoção das IFRS. Entretanto, quando comparados os níveis de conservadorismo nas duas ocasiões, os resultados revelaram que o conservadorismo diminuiu após a adoção das IFRS. Assim, com base nos resultados deste estudo, pela ótica do conservadorismo condicional, rejeita-se a premissa de que as IFRS trouxeram mais qualidade para a contabilidade brasileira.

Palavras-chave: Qualidade da informação; Conservadorismo; IFRS.

Conditional conservatism and adoption of IFRS: An analysis of brazilian public companies

ABSTRACT

This research had as general objective to investigate if the adoption of the IFRS by the brazilian public companies contributed to increase the quality of the accounting information, from the perspective of the conditional conservatism. Although confused with neutrality, conservatism in the measurement of results is widely recognized as a quality attribute of accounting information, since it implies the tendency of asymmetric recognition between good and bad news by information preparers (BASU, 1997). That is, profits reflect bad news (losses) faster than good news (gains), indicating a lower probability of manipulation of results by managers to maximize their financial performance. To do so, the model of Ball and Shivakumar (2005) was used in a sample of 164 publicly traded non-financial companies listed on the BM & FBovespa during the period from 2002 to 2015, including intervals before and after adoption, to verify if there were Growth of the levels of conditional conservatism that could be attributed to the adoption of IFRS. The results showed that throughout the analyzed period the presence of conditional conservatism was identified, revealing a treatment of anticipation of expenses and postponement of revenues by the preparers of the accounting information. These results, on their own, imply the presence of conditional conservatism in periods before and after the adoption of IFRS. However, when conservatism levels were compared on both occasions, the results showed that conservatism declined after the adoption of IFRS, rejecting the premise that IFRS brought more quality to Brazilian accounting.

Keywords: Information Quality; Conservatism; IFRS.

1 INTRODUÇÃO

As empresas que atuam em diferentes países ficam sujeitas a uma grande variedade de normas contábeis, o que, por sua vez, pode afetar a qualidade da informação divulgada, ocasionando dificuldade de avaliação e comparação do seu desempenho e de sua eficiência (Castro et al., 2015).

Por conseguinte, o Brasil investiu na adoção do padrão IFRS (International Financial Reporting Standards), visando à internalização dos princípios fundamentais e das práticas utilizadas internacionalmente, a fim de, principalmente, facilitar o aumento dos investimentos externos nas empresas brasileiras.

Dessa forma, para a devida adequação do padrão brasileiro ao internacional, em 2007 foi promulgada a lei n. 11.638, que alterou significativamente a lei n. 6.404/1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações. Nesse mesmo sentido, surgiu o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tem por objetivo emitir pronunciamentos técnicos

para subsidiar a implementação das novas práticas contábeis.

Dentre as diversas vantagens da convergência para o padrão contábil internacional, destaca-se a maior comparabilidade e compreensibilidade da informação. Castro et al. (2015) reforçam que a publicação de informações mais confiáveis, geradas a partir de normas contábeis universalmente padronizadas, contribui para a redução de riscos nas decisões de potenciais investidores em âmbito global. Há evidências de que a adoção do padrão internacional interferiu na qualidade da informação contábil (COELHO; NIYAMA; RODRIGUES, 2011; KLANN; BEUREN, 2012; LIMA, 2010).

Entretanto, importa destacar que a adoção do padrão IFRS gerou uma grande preocupação na gestão das empresas, já que qualquer fator capaz de interferir na qualidade da informação, nos critérios utilizados, na avaliação e na consistência nos relatórios contábeis pode constituir uma distinção na associação do valor dos ativos com as informações financeiras e econômicas, ou seja, as informações

necessárias ao mercado de capitais (BRUNOZI et al., 2015).

A qualidade da informação contábil é definida como o grau de funcionalidade para os usuários externos e para subsidiar decisões da própria organização, que reporta com base na informação contida em seus relatórios; logo, precisa ser fundamentada em sua relevância, e apresentada de maneira fidedigna. Segundo o Pronunciamento Conceitual Básico R1 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC], 2011), existem algumas características de melhoria para a utilidade dessas informações, a saber: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. A prudência (conservadorismo) foi excluída por ser inconsistente com a neutralidade.

Em raciocínio contrário, muitos estudiosos ressaltam que a presença de conservadorismo é um denotativo de qualidade do lucro contábil (BASU, 1997; BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000; BALL; SHIVAKUMAR, 2005, 2006; FRANCIS et al., 2005; WATTS; ZIMMERMAN, 1986).

Nesse contexto, muito se tem discutido sobre a prática do conservadorismo, que Basu (1997) define como a propensão dos contadores a exigir mais ponderação para se reconhecer perspectivas positivas (*goodnews*), e menos para se registrar perdas potenciais (*badnews*), o que se reflete mais tempestivamente no reconhecimento das perdas do que no dos ganhos, devido à assimetria do tratamento dado ao registro dos dois fenômenos.

Lafond e Watts (2008) explicam que o conservadorismo condicional reduz a probabilidade de manipulação dos resultados para maximização do desempenho financeiro, razão pela qual é considerado uma ferramenta redutora de assimetria informacional. Logo, a assimetria da informação é proporcional ao conservadorismo condicional; ou seja, o aumento de um influencia positivamente o outro.

Nos últimos anos, o conservadorismo tem recebido mais atenção dos pesquisadores, devido ao fato de vários países vivenciarem o processo de convergência das normas contábeis locais para o padrão internacional.

Assim, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: **A adoção das IFRS gerou aumento da qualidade da informação contábil nas companhias abertas brasileiras pela ótica do conservadorismo condicional?**

Considerando a questão de pesquisa formulada, investiga-se, aqui, se a adoção das IFRS gerou aumento da qualidade da informação contábil nas companhias abertas pela ótica do conservadorismo condicional.

Trata-se de pesquisa descritiva e quantitativa. Os dados foram extraídos do banco de dados Econômica, e se referem a 164 empresas não financeiras de capital aberto listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&Fbovespa) durante o período de 2002 a 2015. Os níveis de conservadorismo condicional das companhias investigadas foram estimados a partir do modelo de Ball e Shivakumar (2005).

Este estudo se diferencia dos anteriores pelo fato de mensurar o conservadorismo como *proxy* da qualidade da informação de companhias abertas brasileiras em períodos suficientemente abrangentes, anteriores e posteriores à adoção das IFRS, tornando possível a percepção, por investidores, acionistas e credores, de eventuais mudanças de comportamento de preparadores da informação, no que tange a julgamentos necessários ao reconhecimento de estimativas em certas condições de incerteza, possivelmente motivadas pela adoção de um novo padrão contábil. Brunozi et al. (2015) pontuam que diversos estudos sobre conservadorismo contábil utilizam períodos curtos, o que pode vir a fragilizar a consistência dos resultados, tornando oportuna e viável a realização desta pesquisa, ao se incluir 14 exercícios sociais, totalizando 2.296 observações ano-empresa. A pesquisa propõe-se, ainda, subsidiar a análise de analistas, investidores, reguladores e agentes do mercado, ao demonstrar e discutir as práticas contábeis, mensurando os possíveis efeitos desses procedimentos nas demonstrações financeiras reportadas.

O estudo foi estruturado em quatro tópicos, além desta introdução. No primeiro deles, apresenta-se

a fundamentação teórica sobre o conservadorismo contábil e o conservadorismo condicional. No tópico seguinte, são apresentados os procedimentos metodológicos, vindo, na sequência, os resultados da pesquisa e as conclusões do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONSERVADORISMO CONTÁBIL

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 105), “a informação a respeito de uma dada empresa deve ser apresentada, de modo a permitir que os usuários de relatórios contábil-financeiros façam seus próprios julgamentos quanto ao futuro da organização”. Dessa forma, a contabilidade visa retratar a realidade econômica (LOPES; MARTINS, 2007), a qual, por sua vez, irá embasar as decisões dos usuários da informação contábil.

Entre os diversos usuários da informação contábil, destacam-se os administradores e os acionistas, que possuem interesses distintos dos demais usuários. Observa-se que essas classes se posicionam ora como usuários da informação contábil, ora como agentes diretamente ligados à empresa. Coelho e Lima (2007) assinalam que esses agentes têm interesses legítimos no fluxo de caixa da empresa, porém são interesses concorrentes, já que os administradores têm direito a salários, bonificações e prêmios, enquanto os acionistas têm direito residual à riqueza produzida, ou seja, ao lucro.

Segundo Costa (2004), a mensuração contábil exige a utilização de estimativas de valores futuros incertos. Por exemplo, a depreciação é, na verdade, a estimativa da contribuição do Imobilizado para a formação do custo de produção. O método de depreciação deve ser aquele que mensure essa contribuição da melhor forma possível. A utilização de estimativas gera incerteza quanto ao valor correto, sendo palco para mais um importante tema de discussão na contabilidade, relativo à relevância *versus* confiabilidade do valor do lucro estimado.

Além disso, o citado autor explana que, no intuito de garantir a relevância e a confiabilidade do lucro,

o tempestivo registro de prováveis perdas futuras implicará o impedimento de distribuição de fluxos de caixa atuais, os quais são resguardados para distribuição futura. Por outro lado, o imediato registro de prováveis ganhos futuros poderá implicar a imediata distribuição de fluxos de caixa que poderão não se realizar no futuro.

Dessa forma, entende-se que o lucro de alta qualidade informacional é aquele que contém informações sobre a geração de fluxos de caixa futuros verdadeiramente capazes de evitar perdas para os investidores.

Coelho e Lima (2007) afirmam que a qualidade informacional dos lucros contábeis corresponde a atributos desejáveis da informação publicada para conhecimento dos usuários, cujo interesse maior consiste em conhecer os números da empresa com o objetivo de proteger os investimentos realizados.

Esses autores também apontam como atributos essenciais do lucro contábil a cautela com que serão registrados ganhos econômicos esperados e a oportunidade com que será antecipado o reconhecimento de perdas econômicas estimadas. Essa atitude contempla o lucro com a qualidade de preservar a participação de cada grupo financiador nos fluxos de caixa gerados, para o momento de sua realização, além de resguardar fluxos de caixa atuais, para cobrir eventuais saídas indesejáveis no futuro.

Assim, um atributo de qualidade das informações é o conservadorismo na apuração do lucro e na avaliação do patrimônio da firma, de modo que os agentes interessados na empresa possam proteger-se antecipadamente de ameaças de perda de capital. Dessa forma, quanto mais elevado for o grau de conservadorismo, mais alta será a qualidade informacional do lucro.

O conservadorismo pode ser classificado em conservadorismo condicional e conservadorismo incondicional (BALL; SHIVAKUMAR, 2005). O condicional corresponde ao fenômeno que enfatiza a associação entre a antecipação do registro e a possibilidade de perdas econômicas, enquanto o

incondicional é aquele que incondicionalmente divulga baixos valores de lucro líquido e Patrimônio Líquido, independentemente de sinais de prováveis perdas econômicas.

O conservadorismo é um atributo presente na contabilidade, visto como a utilização de práticas contábeis, aplicadas de maneira consistente, que mantenha em nível relativamente baixo o valor contábil líquido dos ativos. Ressalta-se que a eliminação do conservadorismo seria gravemente prejudicial às demonstrações financeiras, pois mudaria o comportamento dos administradores, impondo significativo custo aos investidores e ao mercado de capitais em geral (COSTA, 2004).

ludícius (2000, p. 75) comenta a utilização do conservadorismo assinalando que “entre duas ou mais alternativas igualmente relevantes, o contador escolherá aquela que apresentar menor valor para o Ativo ou para o lucro e/ou maior valor para o Passivo”.

O Pronunciamento Conceitual Básico (2008) define conservadorismo ou prudência como o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados.

Entretanto, o exercício do conservadorismo não deve possibilitar, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, nem a subavaliação deliberada de ativos ou receitas, nem tampouco a superavaliação deliberada de passivos ou despesas, pois as demonstrações contábeis deixariam de ser neutras, e, portanto, não seriam confiáveis.

Alguns autores (Ball, 1997; Ball; Robin; Wu, 2003; Ball; Shivakumar, 2005; Bushman; Piotroski, 2005; Lubberink; Huijgen, 2000; Pae; Thornton; Welker, 2005) pesquisaram a correlação entre o conservadorismo nos lucros e a qualidade informacional contábil. Percebe-se que, em sua maioria, os estudiosos defendem a aplicação do conservadorismo na apuração do lucro contábil, demonstrando que sua utilização resulta em uma informação contábil

de qualidade, porque antecipa possíveis saídas de caixa futuras, preservando os fluxos de caixa dos *stakeholders*.

2.2 ESTUDOS EMPÍRICOS ANTERIORES

2.2.1 Estudos estrangeiros

Basu (1997) investigou o reconhecimento assimétrico de boas e más notícias nos lucros, ou seja, se os lucros refletem as más notícias (perdas) mais rapidamente que as boas (ganhos), e como esses lucros incorporam o retorno econômico. O autor propôs uma metodologia de investigação empírica do conservadorismo, baseada na defasagem temporal entre o reconhecimento de receitas e o reconhecimento de despesas.

Os resultados revelaram-se consistentes com a hipótese de conservadorismo, ao evidenciarem que as más notícias geram impacto temporário nos lucros, enquanto as boas notícias geram impacto permanente. Destaca-se que os três resultados dos testes realizados por Basu (1997) foram consistentes, indicando a prática de conservadorismo pelas empresas investigadas.

Lubberink e Huijgen (2000) estudaram a correlação entre o conservadorismo condicional e o grau de preferência dos administradores pelo risco. Os autores concordam com a ideia de que o conservadorismo tem por propósito reduzir a probabilidade de conflito sobre a distribuição dos fluxos de caixa entre os diversos *stakeholders* (acionistas, investidores, financiadores, empregados, fornecedores, clientes e governo). Os autores defendem também que, para reduzir os riscos que possam afetar a empresa, os administradores aumentam o nível de conservadorismo dos lucros.

Os resultados revelaram que o grau de preferência dos administradores pelo risco também explica o conservadorismo condicional, ou seja, que o conservadorismo é afetado pela preocupação da administração com a divulgação do desempenho da empresa. Os autores concluem também que os administradores avessos ao risco apresentam lucros mais conservadores.

Ball et al. (2003) estudaram o conservadorismo condicional em países do leste asiático, como Hong Kong, Malásia, Singapura e Tailândia, buscando diferenças no grau de conservadorismo condicional em função de questões institucionais, legais e políticas do ambiente contratual.

Os autores utilizaram o modelo proposto por Basu (1997) para investigar empresas listadas nos quatro citados países, no período de 1984 a 1996. Os resultados apontaram que essas nações não reconhecem perdas mais oportunamente que ganhos, indicando uma baixa qualidade das demonstrações contábeis em todas elas.

Observa-se, assim, que mesmo em países com normas contábeis derivadas do direito consuetudinário, consideradas de alta qualidade, os incentivos podem prevalecer no processo de elaboração dos relatórios financeiros. Verifica-se que a adoção de normas contábeis com elevado padrão de qualidade não garantem a qualidade da informação. Os autores destacaram ainda que mesmo sendo adotadas as normas do *International Accounting Standards Board* (IASB), a qualidade das demonstrações financeiras somente será assegurada se forem drasticamente alterados os mecanismos políticos, jurídicos e econômicos que afetam os incentivos aos relatórios.

Bushman e Piotroski (2005) estudaram o conservadorismo condicional em empresas de 38 países listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Securities Exchange* – Nyse), no período de 1992 a 2001. Destaca-se que 65% da amostra corresponderam a observações de empresas dos EUA, do Japão e do Reino Unido.

Os resultados indicaram que as empresas de países com sistema jurídico consuetudinário são mais conservadoras do que aquelas de nações com sistema de direito codificado. Evidenciaram ainda que em países de direito consuetudinário, quanto maior for a participação estatal no capital das empresas, menor é o grau de conservadorismo. Os resultados mostraram ainda que os países com forte proteção aos direitos do investidor são substancialmente mais conservadores.

Pae et al. (2005) estudaram a correlação entre o conservadorismo condicional e o índice *price-to-book* (valor de mercado da ação dividido pelo valor patrimonial da empresa) em empresas dos EUA. Esse estudo foi pioneiro na associação do conservadorismo condicional ao índice *price-to-book*.

Os resultados foram consistentes com a primeira hipótese, ao apontar que as empresas com menores índices *price-to-book* apresentaram níveis de conservadorismo condicional substancialmente mais elevados. Os resultados também confirmaram a segunda hipótese, de que essa associação negativa decorre do componente *accrual* nos lucros, e não de fluxos de caixa operacionais.

Ball e Shivakumar (2005) investigaram o conservadorismo condicional em empresas de capital aberto e de capital fechado no Reino Unido, no período de 1989 a 2000, excluindo-se os segmentos bancos, seguros e outras instituições financeiras, de modo a reunir somente empresas sujeitas a normas equivalentes de contabilidade, tributos e auditoria.

Os resultados evidenciaram que os lucros das empresas de capital fechado apresentam qualidade inferior à daqueles de empresas de capital aberto, apesar de ambos serem contabilizados sob as mesmas instituições regulatórias. Assim, as demonstrações contábeis de empresas de capital aberto apresentam qualidade superior devido à sua maior utilidade, já que são demandadas por diversos usuários. Ressaltaram que essa qualidade inferior dos lucros das empresas de capital fechado resulta da diferença entre os dois tipos de usuário da informação financeira, e não implica falha da contabilidade, da auditoria ou da regulamentação. Esses resultados apoiam a hipótese de que a abrangência da utilidade pública é determinante da qualidade das demonstrações financeiras.

Xu e Lu (2008) investigaram o conservadorismo condicional em empresas listadas nos diferentes níveis de mercado da bolsa de valores chinesa. Os autores aplicaram o modelo de Basu (1997) em 3.135 empresas no período de 2003 a 2005, e identificaram que o nível de mercado em que a empresa está listada tem influência direta em seu

grau de conservadorismo condicional, sugerindo que quanto mais elevado for o nível de transparência em que a empresa está listada, maior é o seu grau de conservadorismo. O estudo sugere que essa influência é resultante da demanda do público pela qualidade dos relatórios contábeis, motivando a própria empresa a buscar o aumento da eficácia contábil, em razão de sua listagem em um mercado de capitais mais desenvolvido.

Na revisão dos estudos estrangeiros, percebeu-se o conservadorismo condicional como um atributo irrefutável da qualidade das informações contábeis, já que se pode mensurar a eficácia da contabilidade, inclusive comparativamente, ao se observar variáveis como sistema jurídico, normas internacionais, exposição ao risco, estrutura de capital, nível de transparência, valor de mercado e proteção aos direitos do investidor. A versatilidade de cenários possíveis para a investigação do conservadorismo condicional favoreceu para que o assunto prosperasse na pesquisa contábil.

2.2.2 Estudos nacionais

Dantas, Paulo e Medeiros (2013) investigaram se os resultados contábeis dos bancos brasileiros registram evidências de conservadorismo condicional, e, mais especificamente, se essa prática pode ser associada a situações de maior percepção de risco. O modelo de Ball e Shivakumar (2005) foi aplicado às informações financeiras trimestrais dos bancos comerciais, bancos múltiplos e caixas econômicas, entre 2001 e 2010. As evidências obtidas corroboraram a hipótese de conservadorismo condicional nos resultados contábeis dos bancos brasileiros. Não foi confirmada a expectativa de aumento dessa prática em momentos definidos como de risco sistêmico e por parte de bancos com menores valores do Índice de Basileia.

Santos, Marques, Rech e Costa (2013) investigaram se a adoção das IFRS influenciou o nível de conservadorismo das práticas contábeis adotadas no Brasil pelas companhias abertas que exploram ativos biológicos. A adoção da IAS 41 culminou na aplicação do valor justo para mensurar ativos biológicos, em detrimento do custo histórico, o que

pode ter influenciado o nível de conservadorismo condicional das companhias abertas que exploram ativos biológicos. O modelo de Basu (1997) foi aplicado em tais companhias no último trimestre de 2010 e em todos os trimestres de 2011 e 2012. Os resultados apresentaram queda no nível de conservadorismo condicional após a adoção das IFRS. Por outro lado, foi identificada uma elevação no nível de conservadorismo incondicional no setor de agronegócio, denotando o aumento das práticas gerenciais oportunistas, o que pode impactar negativamente a qualidade dos relatórios contábeis.

Santos e Cavalcante (2014) investigaram a qualidade da informação contábil após a adoção das IFRS no Brasil, comparativamente ao padrão anterior. O modelo de Basu (1997) foi aplicado na avaliação do grau de conservadorismo condicional presente nos lucros trimestrais de 246 firmas, entre o primeiro trimestre de 1999 e o primeiro trimestre de 2013, o que resultou em 9.558 observações. Os resultados indicaram que a adoção das IFRS no Brasil reduziu a níveis insignificantes a tempestividade informacional dos lucros, não surtindo efeito sobre o conservadorismo condicional. Os autores concluíram, portanto, não poderem afirmar que a adoção das IFRS no Brasil contribuiu para aumentar a qualidade dos lucros das firmas de capital aberto.

Alves e Martinez (2014) investigaram os efeitos da adesão do Brasil às IFRS sobre o conservadorismo condicional em companhias de grande porte, de acordo com a classificação da revista Exame Maiores e Melhores. Os autores aplicaram o modelo de Ball e Shivakumar (2005) no período de 2005 a 2010, para identificar assimetria de resultados provocados positiva e negativamente. Nos resultados, não foram encontrados indícios de mudança no nível de conservadorismo nas sociedades de grande porte que publicaram suas demonstrações no citado período.

Kronbauer et al. (2014) investigaram se a alteração na NBC TG promovida em 2011, que exclui a prudência ou conservadorismo, produziu efeitos no conservadorismo condicional dos resultados das

empresas. Assim, o modelo de Basu (1997) foi aplicado em 116 empresas listadas na BM&FBovespa no período de 2008 a 2013. Os resultados revelaram, porém, que não houve mudança nos níveis de conservadorismo a partir de 2011. Também, foram realizados testes adicionais para avaliar alterações nos índices de liquidez e endividamento das companhias no citado período. Novamente, os resultados confirmaram não haver diferenças significativas devidos à ausência de conservadorismo.

Sampaio, Coelho e Holanda (2015) investigaram se há evidências de que os gestores de firmas operando no Brasil adotaram medidas prudenciais no reconhecimento contábil antecipado de efeitos esperados devido à eclosão de crise econômico-financeira. Foram analisados o conservadorismo incondicional e o conservadorismo condicional adotados na divulgação de lucros por 459 sociedades de capital aberto listadas na BM&FBovespa durante o período de 2003 a 2012. Na análise da existência do conservadorismo incondicional, foi utilizado o teste de diferenças de média de Mann-Whitney, na medida preço/Patrimônio Líquido, enquanto no teste da presença de conservadorismo condicional utilizou-se o modelo de Basu (1997). Os resultados não apresentaram evidências de conservadorismo condicional. Por outro lado, foram revelados sinais significativos de adoção de conservadorismo incondicional, pela relação *market-to-book* no período posterior à crise, indicando que tais decisões de reconhecimento de perdas esperadas não se condicionam a más notícias específicas, ou a momentos que caracterizem o início ou o ápice da crise.

Brunozi et al. (2015) investigaram as influências das IFRS nos níveis de conservadorismo contábil das práticas adotadas nos países membros do Glenif, mais especificadamente Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru, no período de 2003 a 2013, com uma amostra de 513 empresas e 5.643 observações. Os autores aplicaram o modelo de Basu (1997), e, posteriormente, incluíram uma variável *dummy* considerando os efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo. Os resultados indicaram que, mesmo com a adoção das IFRS, notou-se, no Brasil e no México, a presença de práticas conservadoras. Na Argentina, constata-

se a situação contrária, já que as IFRS amenizaram o conservadorismo nas empresas do país. Já no Chile, na Colômbia e no Peru, os resultados não significativos foram insuficientes para indicar a presença de conservadorismo após a adoção das IFRS.

Santiago, Cavalcante e Paulo (2015) investigaram se a qualidade da informação contábil das empresas de capital aberto do setor de construção no Brasil sofreu mudanças após o enquadramento no processo de convergência contábil internacional. Os autores limitaram-se às empresas do setor de construção por ser específico e de significativa importância para a economia brasileira. Eles aplicaram o modelo de Ball e Shivakumar (2005) em 23 empresas, no período de 2004 a 2015. Surpreendentemente, evidenciaram-se efeitos da adoção das normas internacionais na qualidade da informação contábil, de modo que antes da adoção identificou-se um comportamento conservador nos resultados contábeis, mas após a adoção as informações contábeis não se mostraram conservadoras.

Cunha, Dantas e Medeiros (2015) investigaram os modelos contábeis adotados pelas instituições bancárias brasileiras para divulgar suas demonstrações financeiras – Cosif ou IFRS – para identificar aquele que apresenta de forma mais relevante a característica do conservadorismo contábil condicional. O modelo de Ball e Shivakumar (2005) foi utilizado nas demonstrações financeiras de 32 bancos, durante o período de 2010 a 2013. Os resultados revelaram que nas demonstrações sob IFRS as variações relativas aos ganhos econômicos não eram persistentes, e que não se pode afirmar que as variações negativas são transitórias. Por outro lado, foram constatadas características do conservadorismo contábil condicional nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o padrão Cosif.

Na revisão das pesquisas nacionais, percebeu-se que o assunto permanece em evidência em investigações atuais. Desta vez, a qualidade tem sido investigada em situações peculiares do contexto brasileiro, como a adoção das IFRS em instituições

financeiras, em companhias detentoras de ativos biológicos, no setor de construção, e em situação de crise econômica. Embora nem sempre sejam conclusivos, esses estudos revelam-se frequentes, evidenciando seu alinhamento com a literatura contábil brasileira.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 AMOSTRA DA PESQUISA

Selecionada a partir de uma população constituída por todas as empresas listadas na BM&FBovespa, a amostra reuniu 164 companhias de capital aberto. Essa redução ocorreu devido à falta de informações na base de dados da Economática. Foi considerado o período de 2002 a 2015, utilizando-se dados anuais, com o objetivo de se captar os efeitos da adoção das IFRS sobre o conservadorismo das informações contábeis.

3.2 DEFINIÇÃO DO MODELO E DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS

Com foco no problema de pesquisa, estimaram-se regressões múltiplas para se analisar o conservadorismo, seguindo o modelo proposto por Ball e Shivakumar (2005), assim descrito:

$$\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{it-1} + \alpha_2 \Delta NI_{it-1} + \alpha_3 D\Delta NI_{it-1} * \Delta NI_{it-1} + \varepsilon_{it-1} \quad (1)$$

Em que:

ΔNI_{it} = variação no lucro líquido contábil da empresa i do ano $t-1$, para o ano t ;

ΔNI_{it-1} = variação no lucro líquido contábil da empresa i do ano $t-2$, para o ano $t-1$;

$D\Delta NI_{it-1}$ = variável *dummy* para indicar se existe variação negativa no lucro líquido contábil da empresa i , do ano $t-2$ para o ano $t-1$, assumindo valor 1 se $\Delta NI_{it-1} < 0$; e 0, nos demais casos;

ε_{it-1} = erro da regressão.

Todas as variáveis são ponderadas pelo valor total do Ativo no início do período. Nesse modelo, a utilização da “variação no lucro líquido contábil” como

variável independente tem a vantagem de fornecer uma especificação adequada para se identificar os componentes transitórios do resultado (BALL; SHIVAKUMAR, 2005).

Sob a condição de conservadorismo condicional no resultado contábil, a tempestividade no reconhecimento de ganhos e perdas deve ser assimétrica. Logo, segundo Ball e Shivakumar (2005), espera-se que o coeficiente α_2 seja estatisticamente igual a zero ($\alpha_2 = 0$), já que ele resulta do diferimento do reconhecimento dos ganhos até o momento em que seu fluxo de caixa seja realizado, fazendo, assim, com que os resultados positivos se tornem um componente persistente do lucro contábil, que tende a não ser revertido.

Por outro lado, busca-se que o coeficiente α_3 seja menor que zero ($\alpha_3 < 0$), para afirmar que há um reconhecimento mais oportuno das perdas do que dos ganhos. Isso além de se obter resultado negativo na soma dos coeficientes α_2 e α_3 ($\alpha_2 + \alpha_3 < 0$), assim tendo o reconhecimento oportuno das perdas ocasionando em decréscimos transitórios do resultado e, conseqüentemente, devendo ser revertidas nos períodos seguintes. Ressalta-se que, nesse modelo, não existe uma predição para os coeficientes lineares (interceptores) α_0 e α_1 .

Para se analisar se houve aumento no comportamento conservador após a adoção das IFRS, considera-se que a amostra com o menor somatório dos coeficientes estimados de α_2 e α_3 é aquela com o mais alto nível de conservadorismo dos resultados contábeis.

Assim, no sentido de melhor captar o efeito da adoção das IFRS nas empresas analisadas, foram estimadas regressões em dois momentos distintos. O primeiro, com os dados do período anterior à adoção (2002 a 2008), e o segundo em um período já de adoção plena (2012 a 2015). Dessa forma, não se consideraram os dados dos anos considerados por Pires e Decourt (2015) como de transição da adoção (2009 a 2011), na perspectiva de mitigarem-se possíveis vieses nas análises.

Oportuno salientar a atenção dada quando da não violação dos pressupostos básicos de (i) norma-

lidade dos dados, (ii) não presença do efeito de multicolinearidade e (iii) ausência de heterocedasticidade.

A normalidade dos dados foi alcançada com base nos pressupostos do Teorema do Limite Central, devido ao considerável número de observações (GUJARATI; PORTER, 2011). No que tange à multicolinearidade, foram aplicados testes de correlação entre as variáveis, bem como o cálculo do *Variance Inflation Factor* (VIF) para cada variável, estipulando-se como regra geral o descarte de variáveis com VIF superior a 10. Por fim, procedeu-se ao teste de Breusch–Pagan (1979), quanto ao diagnóstico de heterocedasticidade dos resíduos. Os modelos com presença de heterocedasticidade foram ajustados por meio da correlação de White (1980).

Destaque-se ainda que todas as análises estatísticas foram realizadas com o auxílio do *software* estatístico *Data Analysis and Statistical Software* (Stata), versão 12.0.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA

A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva da variável independente “variação do lucro líquido” de todo o período (2002 a 2015), do intervalo anterior à adoção das IFRS (2002 a 2008) e do interregno posterior à adoção das IFRS (2012 a 2015).

Tabela 1 – Estatística descritiva – variação do lucro líquido (ΔNI_{it})

	2002 – 2015	2002 – 2008	2012 – 2015
Média	0,0026	-0,0004	0,0106
Máximo	8,8172	8,8172	0,7088
Mínimo	-0,4975	-0,4975	-0,4379
Desvio-padrão	0,2015	0,2735	0,0810
Coefficiente de variação	76,7556	-615,4164	7,6608
Nº de observações	2.296	1.148	656

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com a Tabela 1, a variação do lucro líquido no período de 2002 a 2015 registrou média de 0,0026, máximo de 8,8172 e mínimo de -0,4975, resultando em um desvio-padrão de 0,2015 e coeficiente de variação 76,7556, para um total de 2.296 observações.

No período anterior à adoção das IFRS (2002 a 2008), foram obtidos os resultados -0,0004 para a média, 0,2735 de desvio-padrão e -615,4164 de coeficiente de variação. O máximo e o mínimo da amostra foram iguais aos do período completo, 8,8172 e -0,4975, respectivamente, com 1.148 observações das variações de lucro líquido composto a amostra.

O intervalo posterior à adoção das IFRS (2012 a 2015) auferiu média 0,0106 – a maior entre os grupos analisados – com valor máximo 0,7088 e valor mínimo -0,4379, desvio-padrão de 0,0810 e coeficiente de variação de 7,6608. Foram observados 656 dados.

A partir dos dados apresentados na Tabela 1, é possível constatar que antes da adoção das IFRS (2002 a 2008) o conjunto de observações apresenta-se menos homogêneo, ou seja, as observações da variável “variação do lucro líquido” ponderada pelo valor total do Ativo mostram-se com maiores dispersões em relação à média.

4.2 ESTIMAÇÃO DO MODELO DE CONSERVADORISMO CONDICIONAL

Para avaliação do conservadorismo condicional nos relatórios contábeis publicados por empresas brasileiras de capital aberto, foi utilizado o modelo de Ball e Shivakumar (2005), cujas estimativas são descritas na Tabela 2.

Tabela 2 – Análise do nível de conservadorismo – modelo de Ball e Shivakumar

Variáveis	Todo o período 2002 – 2015		Antes das IFRS 2002 – 2008		Após as IFRS 2012 – 2015	
	Coefficiente	P-value	Coefficiente	P-value	Coefficiente	P-value
Constante	-0,582	0,508	-0,506	0,802	0,864	0,072
$D\Delta NI_{t-1}$	-0,033	0,719	-0,005	0,787	-0,008	0,298
ΔNI_{t-1}	-0,299	0,094	-0,243	0,183	-0,154	0,118
$DNI_{t-1} \Delta NI_{t-1}$	-0,453	0,000	-0,306	0,010	-0,443	0,084
$\alpha_2 + \alpha_3$	-0,752		-0,546		-0,587	
R2	0,014		0,004		0,113	
F Estatística	9,44	0,000	4,93	0,002	3,97	0,008

Fonte: Elaborada pelos autores.

Notas: Modelo de estimação de conservadorismo (Equação): $\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{it-1} + \alpha_2 \Delta NI_{it-1} + \alpha_3 D\Delta NI_{it-1} * \Delta NI_{it-1} + \varepsilon_{it-1}$. Em que: ΔNI_{it} = variação no lucro líquido contábil da empresa i do ano $t-1$ para o ano t ; ΔNI_{it-1} = variação no lucro líquido contábil da empresa i do ano $t-2$ para o ano $t-1$; $D\Delta NI_{it-1}$ = variável *dummy* para indicar se existe variação negativa no lucro líquido contábil da empresa i do ano $t-2$ para o ano $t-1$, assumindo valor 1 se $\Delta NI_{it-1} < 0$; e 0, nos demais casos; ε_{it-1} = erro da regressão. Todas as variáveis são ponderadas pelo valor do Ativo no início do período.

Salienta-se que, nesse modelo, não existe uma previsão para os coeficientes α_0 e α_1 . O conservadorismo é traduzido pelos parâmetros da regressão, representados pelos coeficientes α_2 e α_3 , que determinam o reconhecimento assimétrico do retorno econômico pelo lucro contábil.

O coeficiente α_3 alude, em relação aos ganhos econômicos realizados, à assimetria das boas e más notícias (BASU, 1997). Quando negativo, terá a presença do conservadorismo, já que haveria baixa averiguação para reconhecimento das despesas, tornando-as transitórias e revertendo-as no período seguinte (SANTIAGO et al., 2015).

Na análise de todo o período (2002 a 2015), observa-se o coeficiente α_3 com valor negativo (-0,453) ao nível de significância de 1%; logo, sustenta-se que existe reconhecimento mais oportuno das perdas do que dos ganhos, sinalizando que as variações negativas são transitórias, evidenciando a presença de conservadorismo.

O coeficiente α_2 indica a tempestividade com que o retorno positivo se reflete oportunamente no resultado contábil. Para o resultado se apresentar como conservador, basta que α_2 seja igual a zero, pois isso indicará que, até o momento em que seu fluxo de caixa é realizado, o adiamento do reco-

nhecimento dos ganhos faz com que os resultados positivos se tornem um componente persistente do lucro contábil, que tende a não ser revertido (BALL; SHIVAKUMAR, 2005).

Em vista disso, observa-se na amostra que o coeficiente α_2 apresentou resultado negativo (-0,299), embora não tenha denotado significância estatística a 1%.

O terceiro fator que denota conservadorismo nas informações contábeis é o somatório dos coeficientes já analisados, pois, quando obtido resultado negativo ($\alpha_2 + \alpha_3 < 0$), detecta a correlação entre variações no lucro antecedentes negativas e variações atuais do lucro. Dessa forma, o reconhecimento oportuno de perdas econômicas implica que elas são reconhecidas como uma diminuição transitória no resultado, sendo revertidas nos anos posteriores (BALL; SHIVAKUMAR, 2005).

Então, ao calcular o resultado da somatória “-0,299 + (-0,453) = -0,752 < 0”, tem-se que todos os três critérios para análise do conservadorismo, nas informações da amostra no período total, encontram-se afirmativos para a sua presença. Por consequência, é possível afirmar que para todo o período analisado (2002 a 2015) há evidências de conservadorismo condicional nos relatórios con-

táveis das empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBovespa, ou seja, eles possuem tratamento de antecipação de despesas e postergação de receitas.

Com o objetivo de se averiguar se houve mudança nos resultados dentro da análise de todo o período amostral no que tange à mudança de comportamento conservador após a adoção das IFRS, optou-se por se ponderar os parâmetros com os dados, de maneira separada, para os períodos antecedentes à adoção das IFRS (2002 a 2008) e posteriores à adoção das IFRS (2012 a 2015).

Ao se estudar os resultados apresentados no período anterior à adoção das IFRS, contem-se α_3 negativo e significativo (-0,306), α_2 negativo, porém insignificante (-0,243) e o somatório desses coeficientes com valor negativo (-0,546). Todavia, no período posterior à adoção das IFRS, α_3 apresentou valor negativo e não significativo (-0,443), enquanto α_2 foi similar, negativo (-0,154) e insignificante, e a somatória desses coeficientes também assinalou valor negativo (-0,443).

Dessa forma, há evidências de que antes e depois da adoção das IFRS as informações contábeis das companhias de capital aberto do Brasil listadas na BM&FBovespa registram a presença de conservadorismo condicional, confirmando a constatação encontrada no período total. Entretanto, após a IFRS não foi identificado conservadorismo condicional, devido ao resultado de α_3 , pois, mesmo o valor sendo negativo, não foi significativo, ou seja, não foi diferente de zero.

Logo, pode-se deduzir que, pelos valores informados, o grau de conservadorismo condicional diminuiu após a adoção das IFRS, pois houve aumento na verificabilidade das más notícias e redução na tempestividade das perdas sobre os ganhos.

Por essa lógica, os resultados aqui encontrados, ao se analisar separadamente o antes e o depois da adoção das IFRS, confirmam que antes do processo de convergência a qualidade da informação contábil era sustentada por um grau de conservadorismo condicional, e que, após o processo de convergência do padrão brasileiro para o padrão

IFRS, o grau de conservadorismo condicional sofreu diminuição significativa.

Nesse sentido, Santiago et al. (2015) afirmam que o objetivo foi alcançado com a internacionalização das normas, a qual procurava diminuir o conservadorismo, almejando o não ferimento da neutralidade da informação contábil, nessa conformidade, pois é defendida a não inferência no comportamento, evitando-se o viés da informação. Entretanto, não corrobora com os resultados de vários estudos apresentados anteriormente, que afirmam haver mais qualidade nas informações contábeis pela ótica do conservadorismo com a adoção das IFRS.

Esses resultados divergem daquele encontrado por Brunozi et al. (2015), os quais constataram que as informações contábeis das empresas brasileiras continuaram a apresentar conservadorismo após as IFRS. Contrariam o estudo de Alves e Martinez (2014), que não identificaram mudanças significativas no nível de conservadorismo, pois foi assinalado que houve crescimento deste após a implementação.

Kronbauer et al. (2014) encontraram, no período posterior à adoção da IFRS, a prática de reconhecimento mais tempestiva das despesas do que das receitas, diferenciando-se dos resultados alcançados neste estudo, embora ambos tenham confirmado não haver a presença definitiva de conservadorismo condicional.

Contudo, corroboram os estudos de Santiago et al. (2015) e Santos et al. (2013), que constataram uma diminuição do conservadorismo condicional após a implementação, estes últimos chegando a alegar inclusive não haver aumento da qualidade das informações contábeis, devido ao aumento de conservadorismo incondicional.

5 CONCLUSÃO

Embora seja confrontado com a neutralidade, o conservadorismo na mensuração dos resultados é amplamente reconhecido como uma qualidade da informação contábil, já que implica a tendência do

reconhecimento assimétrico entre boas e más notícias pelos preparadores da informação. Este estudo teve por objetivo investigar se a adoção das IFRS gerou aumento da qualidade da informação contábil, pela ótica do conservadorismo condicional das companhias abertas brasileiras.

Considerando-se que o Brasil deu início à adoção das IFRS em 2008, este estudo avaliou o grau de conservadorismo nas companhias abertas listadas na BM&FBovespa no período de 2002 a 2015, abrangendo intervalos anterior e posterior à adoção, para se verificar se houve elevação nos níveis de conservadorismo condicional que pudessem ser atribuídos às IFRS. Para se avaliar esse comportamento, foi utilizado o modelo de Ball e Shivakumar (2005).

Os resultados indicaram que durante todo o período estudado foi identificada a presença do conservadorismo condicional, revelando um tratamento de antecipação de despesas e postergação de receitas pelos preparadores da informação contábil. Esses resultados, por si sós, implicam a presença de conservadorismo condicional, tanto em períodos anteriores à adoção das IFRS quanto em períodos posteriores. Porém, quando comparados os níveis de conservadorismo nas duas ocasiões, os resultados revelaram que o conservadorismo diminuiu após a adoção das IFRS. Assim, com base nos resultados deste estudo, pela ótica do conservadorismo condicional, rejeita-se a premissa de que as IFRS trouxeram mais qualidade para a contabilidade brasileira.

Para futuros estudos, sugere-se ampliar a amostra da pesquisa, podendo-se também acrescentar os dados de grandes empresas de capital fechado e fazer um comparativo entre ambas as situações, haja vista que, atualmente, já se observa uma boa amplitude em relação à quantidade de tempo que essa obrigação vem sendo exigida.

Outra recomendação seria verificar como isso vem se procedendo em cada setor, de forma individualizada, podendo também abranger o conservadorismo incondicional para se analisar o aumento ou redução da qualidade das informações contábeis.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. S.; MARTINEZ, A. L. Efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo contábil das sociedades de grande porte. **Advances Scientific Applied Accounting**, v. 7, n. 2, p. 224-243, 2014.
- BALL, R. J.; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, n. 1, p. 1-51, 2000.
- _____; ROBIN, A.; WU, J. S. INCENTIVES versus standards: properties of accounting income in four east Asian countries. **Journal of Accounting and Economics**, v. 36, n. 1, p. 235-270, 2003.
- _____; _____. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, v. 39, n. 1, p. 83-128, 2005.
- _____; _____. The role of accruals in asymmetrically timely gain and loss recognition. **Journal of Accounting Research**, v. 44, n. 2, p. 207-242, 2006.
- BASU, S. The conservatism principle and asymmetric timelessness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, n. 1, p. 3-37, 1997.
- BREUSCH, T.; PAGAN, A. A Simple Test of Heteroskedasticity and Random Coefficient Variation. **Econometrica**, v. 47, n. 1, p. 1287-1294, 1979.
- BRUNOZI, A.; HABERKAMP, A.; ALVES, T.; KRONBAUER, C. Efeitos das IFRS no conservadorismo contábil: um estudo em companhias abertas dos países membros do Glenif. **Revista Ambiente Contábil**, v.7, n. 2, p. 76-100, 2015.
- BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D. Financial reporting incentives for conservative accounting: the influence of legal and political institutions. **Forthcoming Journal of Accounting and Economics**, v. 42, n. 1, p. 107-148, 2005.
- BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D.; SMITH, A. J. What determines corporate transparency? **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 2, p. 207-252, 2004.

CASTRO, L. A.; PONTE, V. M. R.; COELHO, A. C. D.; OLIVEIRA, M. O. Padrões contábeis e qualidade informacional: evidências para o Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 26, n. 3, p. 124-145, 2015.

COELHO, A. C.; LIMA, I. S. Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. 45, p. 38-49, 2007.

COELHO, C. M. P.; NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, J. M. Análise da qualidade da informação contábil frente a implementação dos IFRS: uma pesquisa baseada nos periódicos internacionais de 1999 a 2010. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 6, n. 2, p. 7-20, 2011.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 00**. Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00.pdf>>. Acesso em 12 jan 2017.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 00 (R1)**. Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf>. Acesso em 12 jan 2017.

COSTA, A. C. O. **Conservadorismo e os países da América do Sul**: um estudo da aplicação do conservadorismo em cinco países da América do Sul, 2004. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, ES, 2004.

CUNHA, E. S.; DANTAS, J. A.; MEDEIROS, O. R. Conservadorismo condicional nas instituições bancárias brasileiras: um comparativo entre as demonstrações Cosif x IFRS. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 15, 2015, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2015.

DANTAS, J. A.; PAULO, E.; MEDEIROS, O. R. Conservadorismo condicional na indústria bancária brasileira em situações de maior percepção de risco. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 2, p. 83-103, 2013.

FRANCIS, J.; LAFOND, R.; OLSSON, P.; SCHIPPER, K. The market pricing of accruals quality. **Journal of Accounting and Economics**, v. 39, n. 2, p. 295-327, 2005.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5a. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDAS, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. 5a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KLANN, R. C.; BEUREN, I. M. Gerenciamento de resultados: análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – EnAnpad, 34, 2012, Rio de Janeiro/RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

KRONBAUER, C.; MARQUEZAN, L. F.; BARBOSA, L. A.; DIEHL, C. A. Análise dos efeitos do conservadorismo na informação contábil após a alteração de 2011 no pronunciamento conceitual básico. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – EnAnpad, 38, 2014, Rio de Janeiro/RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

LAFOND, R.; WATTS, R. L. The information role of conservatism. **The Accounting Review**, v. 83, n. 2, p. 447-478, 2008.

LIMA, J. B. N. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil**, 2010. 236 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2007.

LUBBERINK, M. J. P.; HUIJGEN, C. A wealth-based explanation for earnings conservatism. **European Finance Review**, v. 5, n. 3, p. 323-349, 2000.

PAE, J.; THORNTON, D. B.; WELKER, M. The link between earnings conservatism and the price-to-book ratio. **Contemporary Accounting Research**, v. 22, n. 3, p. 693-717, 2005.

PIRES, O. C.; DECOURT, R. F. Os impactos da fase final de transição para o IFRS no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 17, n. 54, 736-750, 2015.

SAMPAIO, T. C. Q.; COELHO, A. C.; HOLANDA, A. P. Adoção de conservadorismo nos lucros em períodos de crise financeira: evidências no Brasil. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 34, n. 1, 71-85, 2015.

SANTIAGO, J. S.; CAVALCANTE, P. R. N.; PAULO, E. Análise da persistência e conservadorismo no processo de convergência internacional nas empresas de capital aberto do setor de construção no Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 2, p. 174-195, 2015.

SANTOS, C. K. S.; MARQUES, A. V. C.; RECH, I. J.; COSTA, P. S. Efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo contábil das companhias abertas que exploram ativos biológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20, 2013, Uberlândia/MG. **Anais...** São Leopoldo: Unissinos, 2013.

SANTOS, M. A. C.; CAVALCANTE, P. R. N. O efeito da adoção dos IFRS sobre a relevância informacional do lucro contábil no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 66, p. 228-241, 2014.

WATTS, L. R.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive accounting theory**. New Jersey: Prentice Hall, 1986.

WHITE, H. A heteroskedasticity-consistent covariance matrix estimator and a direct test for heteroskedasticity. **Journal of the Econometric Society**, v. 48, n. 4, p. 817-838, 1980.

XU, J.; LU, C. Accounting conservatism: a study of market-level and firm-level explanatory factors. **China Journal of Accounting Research**, v. 17, n. 3, p. 11-29, 2008.

Endereço dos Autores:

Rua Padre Sá Leitão, 337
Bairro Jóquei Clube
Fortaleza - Ceará - CE - Brasil